

Vida urbana e capitalismo na modernização de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo na transição para o século XX

Alexandre Macchione Saes¹

Resumo: A segunda metade do século XIX marcou o início do processo de modernização das cidades brasileiras. Seguindo o exemplo de tantas outras cidades no país, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, as três maiores cidades no Brasil na transição para o século XX, sofreriam profundas transformações por meio da realização de reformas urbanas e da implementação de empresas de serviços públicos. Para tanto, o grande capital urbano, grupo político-econômico formado das bases do comércio de importação e exportação, ou mais especificamente no caso de São Paulo, do capital agrário-exportador, foi quem liderou tal processo exigindo uma rápida introdução dos padrões de consumo, tanto de bens de consumo como de serviços, das mais avançadas sociedades mundiais. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar a evolução desse processo de modernização nas três principais capitais brasileiras. Apesar de diferentes modelos de crescimento e modernização das atividades econômicas, resultado em Salvador das heranças do tráfico de escravos, no Rio de Janeiro do centro comercial e político do país, e em São Paulo da expansão da cafeicultura, todas as elites locais investiram seus esforços na construção de modernas cidades seguindo os exemplos deixados pela *Belle Époque*.

¹ Doutorando em História Econômica pela UNICAMP e Bolsista FAPESP – xixosaes@hotmail.com

A formação das cidades no mundo moderno constitui-se elemento primordial na organização da sociedade capitalista. Na Europa, diante a crise do mundo feudal foram as cidades que passaram a concentrar a dinâmica na nova forma de sociabilidade: o crescente comércio exigia das cidades mais e melhores estruturas urbanas, enquanto disponibilizava espaços e atividades para uma população em mutação.² Congregando um número cada vez maior de pessoas, as cidades estimularam a intensificação da divisão do trabalho, e com isso, uma gama diversificada de serviços passou a se atrelar ao mundo urbano. Além do comércio, as cidades se tornaram centros culturais, educacionais, religiosos, políticos, e inclusive, econômicos. De grandes feiras, para mercados perenes, a centros financeiros, as cidades passaram a reunir as condições necessárias para a realização da revolução industrial: mercado consumidor, mão-de-obra livre e capital. Desta maneira, a vida urbana não foi a única, mas foi condição essencial e o palco da construção das bases da sociedade capitalista.

No Brasil, por sua vez, a formação das cidades teve um percurso particular, todavia não menos decisivo do que aquele responsável pelas transformações na Europa.³ O caráter colonial da economia brasileira havia reduzido, no limite, as funções das vilas e cidades a núcleos de exportação de produtos. Isso explicava a localização litorânea das principais cidades brasileiras até o século XIX, em que o porto era a região de onde irradiavam as estruturas urbanas. As funções das cidades eram poucas e dependentes do comércio de exportação; e a massa da população estava localizada no campo, junto aos latifúndios, enquanto os centros urbanos eram pequenos, pobres e sujeitos.⁴

² PIRENNE, Henry. *As cidades na Idade Média*. Lisboa: Saber, 1977. O autor é a referência na tese do crescimento das cidades e do comércio na transição para o capitalismo. Não é nosso objetivo avançar nesta discussão sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, contudo faz-se mister enfatizar o importante papel das cidades na constituição do “mundo moderno”. Para uma síntese do debates sobre a transição: SWEETZ, Paul (e outros). *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

³ “Portanto, apesar de imersas em circunstâncias distintas podemos entender o crescimento das cidades, a partir de fins do século XIX, na Europa e no Brasil, como resultantes da consolidação do mundo capitalista”. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1995, p.21.

⁴ “Desde cedo as cidades litorâneas constituíram o posto avançado da colonização portuguesa, de onde partiram os pioneiros para a conquista do sertão. Foram sede do poder civil e religioso, centros comerciais e culturais durante o período colonial. A maneira pela qual se processou a exploração da terra reduziria no entanto o seu significado, imprimindo ao povoamento caráter essencialmente rural e limitando as funções urbanas” COSTA, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. E na descrição de Caio Prado Jr.: “Do Brasil em conjunto, dirá Vilhena que, apesar dos recursos naturais dele, é a ‘morada da pobreza’. E aos habitantes da Bahia, a segunda, se não a primeira cidade da colônia em riqueza, com exceção dos grandes comerciantes e de alguns senhores de engenho e lavradores ‘aparatosos’, que aliás nada mais tem de seu que esta aparência

O comércio colonial garantia a conexão das cidades brasileiras com o restante do mundo, via comerciantes portugueses ou traficantes franceses e ingleses, mas com o custo de sugar praticamente todos os capitais da colônia.⁵ Como numa divisão de tarefas, “*as metrópoles regionais agem como intermediários entre as diversas regiões do conjunto do país e as metrópoles internacionais, para onde são enviados parte dos lucros realizados por uma economia monocultora*”.⁶

O esplendor rural *versus* a miséria urbana, dicotomia apresentada por Sérgio Buarque de Holanda na caracterização do mundo colonial brasileiro,⁷ foi deixando lugar para a formação das “cidades burguesas” em meados do século XIX. A incorporação do setor comercial às estruturas nacionais possibilitou que as cidades passassem de portos exportadores a função de centros comerciais e pouco mais tarde financeiros. O mercado interno cresceu, e conseqüentemente, o volume de importações e de relações comerciais. O crescimento das cidades foi reforçado com o início da construção das ferrovias nos anos 1850 e a mudança paulatina do mundo rural para as cidades. Emergia um novo grupo social formado pelos fazendeiros e pelos grandes comerciantes de importação e exportação que no meio urbano passariam a diversificar seus investimentos: nascia o grande capital urbano.⁸

O grande capital urbano, deste modo, sendo originário das atividades mercantis, tendeu a estender e criar novas formas de empregar os ganhos em empreendimentos característicos do mundo capitalista: ferrovias, bancos, empresas de serviços urbanos, e ainda, as primeiras indústrias. Mesmo que subordinado e dependente às atividades mercantis, o grande capital urbano inclinou-se a se diferenciar das atividades agrícolas e

de ricos, chamará de congregação de pobres”. PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p.350.

⁵ Para o comércio no período final da colônia: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial (1796-1808)*. São Paulo: Ática, 1980.

⁶ SAMPAIO, José Luís Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto de industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA, 1975, p.34.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

⁸ Na literatura sobre a industrialização e urbanização de São Paulo foi formulado o conceito do grande capital cafeeiro, aquele formado na origem pelos grandes fazendeiros que diversificavam seus investimentos em ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos. Aqui neste trabalho estendemos o conceito acreditando que diferentes elites regionais, oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas. Para informações sobre o grande capital cafeeiro em São Paulo: SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986 e KUGELMAS, Eduardo. *A difícil hegemonia*. São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.

controlar importantes redes de decisão política.⁹ Esse processo de diversificação do capital se disseminou por todo o país. Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo foram exemplos categóricos dessa expansão do capital mercantil para setores ligados ao mundo urbano.

Contudo não foram casos isolados. Tanto capitais provinciais, como por exemplo, Manaus, Belém, Recife e São Luís, como cidades que se beneficiavam de avanços econômicos, como o caso do interior paulista, viram também transformações das formas de investimento dos grupos locais. Nas palavras de Emília Viotti: “*creceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés*”. E como continua a autora: “*Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura*”.¹⁰

As cidades na segunda metade do século XIX procuravam vias para a modernização. A tentativa de introduzir as novidades dos padrões de consumo e das melhorias da infraestrutura urbana existentes na Europa tinha maior êxito conforme a riqueza das elites locais. Tal variável era dependente, por sua vez, do grau de conexão da economia local com o mercado mundial: o ciclo da borracha permitiu uma rápida modernização de Belém e Manaus. O café no estado de São Paulo condicionou a remodelação urbana paulista, como em Santos, Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara entre tantos outros exemplos.¹¹ Imponentes prédios públicos eram erguidos, teatros luxuosos construídos, modernas linhas de bondes, primeiramente movidos por meio da tração animal, mais tarde por eletricidade, cortavam as ruas das cidades, que também começavam receber iluminação pública. A energia elétrica facilitava a instalação de fábricas mais modernas. Em síntese, a

⁹ Vale lembrar a interpretação de Victor Nunes Leal ao sistema político brasileiro de Primeira República. Os coronéis perderam seu poder político, e eram os partidos políticos, como fenômeno citadino, que controlavam os espaços de decisão. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹⁰ COSTA, 1999, p.256.

¹¹ Sobre a modernização das cidades paulistas: DEVESCOVI, Regina. *Urbanização e acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Ufscar, 1987, LANNA, 1995 (sobre Santos), PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 1999, VARGAS, Cláudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 2000, PAZIANI, Rodrigo. *Construindo a ‘Petit Paris’: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca: tese de doutorado – Unesp, 2004 e ALMEIDA, Osana de. “José Gabriel: uma ponte entre o ‘arcaico’ e o ‘moderno’ na modernização urbana de Santa Bárbara d’Oeste (1892-1918)”. *Territórios e Fronteiras*. V.6, N.2. Cuiabá: UFMT, 2005.

modernização buscada pelas elites urbanas brasileiras tinha sua forma mais delineada nos contornos modernos das cidades: a intensidade dessa modernização urbana, entretanto, dependia dos avanços econômicos de cada região que alimentaria com recursos a importação dos padrões de consumo tidos como mais avançados.

As cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, por sua vez, representam como “modelos” das transformações urbanas e do processo de crescimento industrial no Brasil na passagem do século XIX para o XX. As três maiores cidades brasileiras em 1900 eram também centros importantes da realização do capital mercantil local. Pela evolução da população das três cidades é perceptível tanto a liderança absoluta do Rio de Janeiro como maior cidade do país, como também o exponencial crescimento de São Paulo após a década de 1890, assumindo em 1900 a posição de segunda maior cidade do país (Tabela 1).

Tabela 1. População

Cidades	1872	1890	1900	1920
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422
Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.565	1.157.873
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033

Fonte: IBGE. *Séries estatísticas Retrospectivas*. Vol. 1, 1986, p.14.

Salvador tornou-se cedo o núcleo do comércio de exportação dos produtos nordestinos como açúcar, fumo, diamantes e o cacau, e mesmo concorrendo com Recife, manteve-se o principal porto importador da região. Até 1850 a principal mercadoria comercializada eram os escravos africanos, contudo, a partir da suspensão do tráfico, novos produtos assumem a pauta de importação. Assim, os comerciantes que vinham aumentando o poder econômico dentro da sociedade e tentavam assumir o papel de elite soteropolitana, entravam muitas vezes em choque com os interesses dos latifundiários.

Nesse sentido, a função de Salvador, que na origem funcionava como entreposto de um sistema mercantil-escravista internacional e como capital financeira da região que participava desse sistema, mesmo perdendo o status escravista, manteve o papel de centro comercial e financeiro regional. O Recôncavo participava na reprodução do sistema com a produção de mercadorias internacionais, enquanto restava ao sertão a produção de alguns poucos insumos. Salvador realizava a acumulação e o controle mercantil da região,

enquanto as dívidas eram empurradas para os latifúndios do Recôncavo.¹² Esse capital acumulado no comércio em Salvador passou a buscar novas formas de investimentos, de maior lucratividade, como indústrias e empresas de serviços públicos.¹³ O papel comercial e de atividades correlatas auferiu grande dinamismo urbano à Salvador durante o século XIX, como com o investimento em atividades da expansão urbana e imobiliária, e incentivando a criação de bancos e companhias de seguros.¹⁴

Juntamente com os investimentos nas atividades urbanas abriu-se espaço para o crescimento industrial. Neste ambiente que a indústria baiana assumiu um rápido papel de destaque na economia brasileira:¹⁵ em 1866 o parque têxtil baiano concentrava 59% dos teares e 73% dos operários do Brasil, e era responsável pelo abastecimento de outras cidades nordestinas como Maceió, Aracaju, Ilhéus, e todo o Recôncavo por meio da Companhia Bahiana de Navegação a Vapor. A indústria baiana, contudo, não conseguiu avançar de maneira independente ao capital mercantil, e a atividade central de Salvador permaneceu o comércio, impedindo o pleno desenvolvimento das atividades produtivas. Ampliando ainda mais as dificuldades para novos investimentos empresariais em Salvador, no início do século XX, parte dos excedentes começou a ser investido no Rio de Janeiro.

A indústria surgia, portanto, num quadro mais geral de diversificação do capital mercantil. Entretanto, (...) apesar da instalação de grandes empresas industriais e do desenvolvimento urbano de Salvador, não se verificava, na Bahia, um processo de industrialização. Em outros termos, não se configura um novo

¹² “Por outro lado, em termos políticos, definia-se um bloco de poder em que estariam solidários na dominação os grandes negociantes, controladores do comércio externo e interno, e os senhores de engenho, que apesar da posição economicamente subordinada que ocupavam, detinham o poder político na província”. KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. *O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA, 1988, p.81.

¹³ PEDRÃO, Fernando. “O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação no Brasil”. In: SZMERECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto Amaral. *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

¹⁴ “As operações nascidas do financiamento e da comercialização da agricultura, já integradas no mercado internacional, soma-se novas condições favoráveis à reprodução das atividades especulativas e açambarcadoras que, de vários modos, caracterizam a vida da cidade ao longo de sua existência. O crescimento de seu quadro e a intensa ocupação de novos bairros criaram novas oportunidades, como se verá mais adiante, para a diversificação do capital mercantil”. KRAYCHETE SOBRINHO, 1988, p.40.

¹⁵ VERGOLINO, José Raimundo. “A evolução da indústria manufatureira na Bahia: 1850-1900”. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*. Belo Horizonte: Anpec, 1990. E segundo Kátia Mattoso: “O projeto industrial baiano surgiu como uma projeção dos interesses desses comerciantes polivalentes – financistas, contrabandistas e manufatureiros – diferenciando-se dos interesses econômicos cuja reprodução dependia da valorização da terra”. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p.320.

padrão de acumulação ancorado no desenvolvimento do capital industrial, que permanecia como uma extensão do capital mercantil.¹⁶

A expansão industrial de Salvador, portanto, não teve suficiente força para romper com a estrutura mercantil da sociedade sotropolitana, mantendo assim durante a Primeira República, o padrão de acumulação vinculado essencialmente aos setores comerciais. O Rio de Janeiro, por seu turno, seria responsável pelo primeiro grande surto industrial brasileiro, liderando as transformações econômicas do país na segunda metade do século XIX. O papel de capital do Império, de principal porto importador e exportador, de centro comercial e financeiro, e finalmente, de maior cidade brasileira, possibilitaram que a cidade se tornasse o epicentro da “modernidade” no Brasil. Investidores nacionais e estrangeiros passaram a ver com bons olhos a crescente importância do mercado urbano carioca, promovendo a introdução de novos serviços e a instalação de empresas e indústrias.

Por de trás dessa caracterização da cidade do Rio de Janeiro estava a economia cafeeira escravista, em expansão na região fluminense, e que foi a responsável pela reorganização da estrutura econômica da região.¹⁷ Em síntese, a inflexão ocorrida na transição da década de 1840 para 1850, representada entre outras coisas pelas decisões frente ao tráfico negreiro e ao código comercial, permitiram a expansão industrial carioca. Mas, como pano de fundo dessas alterações estava a agricultura cafeeira que assumia papel preponderante no mercado internacional, adquirindo o posto de principal produto na pauta de exportação brasileira. Desta maneira, diferentemente do caso de Salvador em que o capital responsável pelo surto inicial das manufaturas teve origem no comércio de escravos, a indústria do Rio de Janeiro foi resultado da expansão da agricultura local, do renascimento do comércio de importação e exportação e do aumento das atividades urbanas.

Sendo assim, importadores e empresários de “grandes negócios”, como ferrovias e serviços públicos acabaram por sugar quase todo o capital disponível para novos empreendimentos durante as décadas de 1860 e 1870. Em 1873 o Rio de Janeiro contava com cerca de 45% da rede ferroviária brasileira, em parte respondendo às demandas do ciclo cafeeiro no Vale do Paraíba, e em parte escoando os produtos do comércio interno. A

¹⁶ KRAYCHETE SOBRINHO, 1988, p.105.

¹⁷ SOARES, Luís Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)”. In: SZMERECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto Amaral. *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002, p.291.

construção de ferrovias no Rio de Janeiro ocorreu de maneira intensa entre as décadas de 1860 e 1890.¹⁸

Das companhias urbanas que surgiam no período verifica-se a presença tanto de empresários da cidade do Rio de Janeiro como do capital estrangeiro. Diferentemente de das cidades de Salvador e São Paulo em que as companhias de transportes urbanos foram hegemonicamente nacionais até o processo de eletrificação das linhas iniciado na última década de 1890, o capital estrangeiro no Rio de Janeiro teve participação significativa tendo em vista seu maior mercado consumidor. As origens tanto da Companhia Jardim Botânico (1868) como da Companhia São Cristóvão (1869) foram o capital de empresários estrangeiros. A Botanical Garden Rail-Road, antecessora da Cia. Jardim Botânico foi criada pelo norte-americano Charles Greenough com mais dezesseis acionistas de Nova Iorque que assumiam a concessão do Barão de Mauá. Enquanto isso, a The Rio de Janeiro Street Railway, antecessora da Cia. São Cristóvão, também foi fundada em Nova Iorque por meio dos capitalistas Albert Hagger e Silvester Battin. Nos anos seguintes ambas empresas tiveram suas sedes transferidas para o Rio de Janeiro e o nome substituído para Jardim Botânico e São Cristóvão. A Companhia Jardim Botânico mais tarde abriu o capital para acionistas brasileiros como Alexandre de Castro, Visconde Figueiredo e o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Outras empresas de capital estrangeiro eram a inglesa Cia. Ferro-Carril e Hotel Corcovado e a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel vendida a Siemens & Halske em 1895, mas que na origem havia sido constituída por capitalistas nacionais. O capital nacional, por sua vez, também foi presente com investimentos de empresários cariocas de origem urbana, como por exemplo: a Empresa Copacabana formada em 1876 pelo rico proprietário de terras em Copacabana e na Glória, Alexandre Wagner, ou mesmo, a Cia. Carris Urbanos e a Cia. Ferro Carril Fluminense.¹⁹

Diferentemente do ocorrido na evolução da indústria em Salvador, o Rio de Janeiro foi palco de uma tremenda ampliação da quantidade de estabelecimentos industriais na fase de “consolidação da grande indústria”. Mesmo com a determinante participação do capital comercial como sustentáculo da formação das empresas, durante o período de encilhamento

¹⁸ MELO, Hildete Pereira de. “O café e a economia fluminense: 1889/1920”. In: SILVA, Sérgio e SZMERECSÁNY, Tamas (org). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 2002, p.222.

¹⁹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos - um Haussman tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado – UFRJ, 1982.

foi registrado uma maior participação de bancos na composição acionária da indústria, e em especial da indústria têxtil.²⁰ O período entre 1890 e 1891 foi de pico de importação de maquinarias e de abertura de empresas. Nesse dois anos, foi arquivada na Junta Comercial da cidade do Rio de Janeiro a abertura de 89 bancos e de 549 sociedades anônimas. Contudo, em fins de 1891, e durante o ano de 1892, os investimentos começaram a arrefecer, iniciando uma grande maré de falências. De qualquer maneira, alguns setores da indústria, como o têxtil, conseguiram se consolidar dentro da economia brasileira. A partir de então, as condições econômicas para a expansão industrial pareciam não ser tão favoráveis ao Rio de Janeiro, diante das políticas implementadas nas instâncias federais, como o *Funding Loan* de 1898 e a ampla restrição monetária do início do século XX. Os acordos financeiros com os credores estrangeiros e o programa federal de equilíbrio orçamentário possibilitaram que o Distrito Federal passasse por uma profunda reforma urbana comandada por Pereira Passos durante a primeira década dos 1900. A indústria carioca continuaria crescendo, mas não alcançando as taxas de crescimento que seriam impressas na economia paulista. Mesmo já assumindo certo grau de independência da economia mercantil, o maior centro comercial e financeiro do país vinha perdendo a liderança industrial.

Finalmente, a cidade de São Paulo conseguiu consolidar um grupo urbano somente anos mais tarde. A segunda fundação datada de 1870, quando o pleno desenvolvimento da economia cafeeira e da expansão das linhas ferroviárias, possibilitaram nova dinamização da cidade. Diferentemente de Salvador e do Rio de Janeiro, a elite urbana de São Paulo foi originária em quase sua totalidade das atividades agrárias, isso é, do grande capital cafeeiro. Assim, a ascensão paulista no cenário político nacional foi tardia, mas diante o poder econômico alcançado com o principal produto exportador do país, tal ascensão foi decisiva na reorganização da economia nacional durante o período republicano.

Nas décadas finais do século XIX, como resposta ao crescimento do consumo internacional de café, os cafeicultores paulistas precisavam solucionar dois problemas emergenciais: em primeiro lugar manter a oferta de mão-de-obra, e em segundo lugar reduzir os custos com o transporte, já que as áreas cultivadas ampliavam cada vez mais a

²⁰ Para a indústria no Rio de Janeiro: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978 e LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

fronteira agrícola da Província. A solução encontrada foi modernizar as atividades componentes do “complexo cafeeiro”. Introduziu-se as máquinas de beneficiamento de café e implantou-se o sistema ferroviário.²¹

Foi neste contexto que começou a se processar uma transformação ímpar na economia brasileira, aproximando os interesses dos fazendeiros paulistas dos investimentos urbanos. Mais do que em qualquer outra região, foi na Província de São Paulo que as rendas geradas no campo passaram a compor ativos em outros negócios, como ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos, dando origem ao “grande capital cafeeiro”.²² E foi a cidade de São Paulo que acabou concentrando as funções comerciais e financeiras, além do local de residência de parte desses grandes fazendeiros. Em outras províncias, como vimos nos casos da Bahia e do Rio de Janeiro foi, sobretudo do capital comercial citadino que se originaram os volumosos recursos para tais investimentos. Em São Paulo, por outro lado, foi sob a liderança do grande capital cafeeiro que a composição da riqueza transformou-se, invadindo novas áreas e negócios.²³

O que se verifica na composição das principais empresas formadas na economia paulista nessa fase de expansão da cafeicultura foi a contínua repetição das famílias e de empresários na direção e no corpo de acionistas.²⁴ Neste mesmo ambiente outro setor estruturado a partir do grande capital cafeeiro em São Paulo, além das ferrovias e dos serviços urbanos, foi o bancário. As dificuldades de crédito para o setor agrícola e a

²¹ “Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam, assim, em forte ampliação das margens de lucros. Dada a disponibilidade de terras e o comportamento da demanda externa, isso implicava na necessidade de ampliar a acumulação cafeeira. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977, p.34.

²² Vale a pena ressaltar que o “grande capital cafeeiro” surgiu justamente da diferenciação deste grupo de origem rural com empreendimentos de caráter urbanos, daqueles membros clássicos da lavoura. Durante a Primeira República inúmeros conflitos de interesses opuseram o grande capital cafeeiro aos tradicionais fazendeiros ligados exclusivamente à lavoura. Para detalhes desses conflitos: SAES, 1986, e PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.

²³ “Passa-se, portanto da riqueza antiga, baseada em escravos, à nova, baseada primordialmente em ações. Criam-se outras fontes de rentabilidade e os circuitos de valorização apresentam-se cada vez mais amplos. Não é mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos e rurais, com funções especializadas; agora temos proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa. Em vez de especialização, diversificação, em vez de escravos, imóveis e ações”. MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo: 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985, p.139.

²⁴ “De 167 diretores e acionistas ligados com ao menos duas empresas no período entre 1856-1905, 89 indivíduos (53%) estavam presentes em duas companhias; 30 indivíduos (18%) estavam presentes em três empresas; 15 indivíduos (9%) estavam presentes em quatro empresas, 13 indivíduos (8%) estavam ligados com cinco empresas; e 20 indivíduos (12%) estavam presentes em mais de cinco empresas”. HANLEY, Anne. *Native capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920*. California: Stanford University Press, 2005, p.255.

centralização do sistema financeiro na cidade do Rio de Janeiro estimularam membros da elite paulista a fomentar o processo de fundação de bancos em São Paulo. A partir da década de 1880 a cidade de São Paulo passou ostentar a função de centro financeiro da economia cafeeira, enquanto o *boom* da cafeicultura assumia papel determinante no processo de fundação dos bancos ao invés das condições impostas pela política econômica nacional.²⁵ Concomitantemente o crescimento das indústrias em São Paulo começou a tomar maior vigor, de maneira que no período de Primeira Guerra Mundial já assumia a posição de principal centro industrial no Brasil.²⁶

Assim, a cidade de São Paulo durante a Primeira República passaria a dividir com o Rio de Janeiro o papel de centro econômico brasileiro. Partindo da diversificação do capital oriundo do grande capital cafeeiro, a economia paulista pode contar com uma intensiva ampliação dos serviços de infra-estrutura e mesmo dos setores produtivos. Num período de meio século, de uma cidade pequena e pouco expressiva, São Paulo passou a centro comercial e financeiro do estado, e principal região industrial do país. E por de trás de todo esse processo esteve a economia cafeeira que foi gradualmente deixando sua determinação no desenvolvimento econômico do estado nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, comprovando o amadurecimento econômico dos diferentes setores da economia paulista já no final da Primeira República.

De maneira geral, as elites urbanas que se formavam tanto em Salvador e no Rio de Janeiro pelas atividades de importação e exportação, como em São Paulo pelo grande capital cafeeiro, tinham objetivos muito semelhantes quanto aos melhoramentos urbanos. Neste contexto que J.J. Seabra, Pereira Passos e Antônio da Silva Prado foram políticos decisivos no processo de modernização das três maiores cidades brasileiras, seguindo os projetos do grande capital urbano na concretização das reformas. Revigoravam-se os

²⁵ “A emergência do capital bancário em São Paulo se faz, portanto, sem que haja o surgimento de um grupo de capitalistas financeiros em sua forma típica. A especialização do capital com funções bancárias parece responder, pois, aos frutos da própria expansão quantitativa do capital cafeeiro: as atividades financeiras (via crédito particular ou comercial) não poderiam mais se conformar com os limites institucionais prévios, restritivos do potencial representado pelo capital já dedicado ao empréstimo. Com esta conclusão – o capital bancário em São Paulo nasce da própria expansão do capital cafeeiro que busca formas específicas de investimentos – procuramos reforçar a hipótese lançada anteriormente, de que não se pode entender no caso paulista, o desenvolvimento bancário a partir da política monetária do Governo Central”. SAES, Flávio. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE-USP, 1986, p.89.

²⁶ CANO, Wilson. “Alguns aspectos da concentração industrial” in: VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto M. de. *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

centros das cidades com novos prédios públicos; nasciam os nobres casarões em bairros como a Vitória, o Jardim Botânico e Cerqueira César; e assim, as cidades buscavam se espelhar nos padrões europeus.

Entrementes, apesar das semelhanças nos projetos de modernização urbana, era inegável que as regiões apresentavam desempenhos econômicos diversos, o que acarretava também num processo de diferenciação. E esse rol de diferenças foi ilustrado pelos padrões de crescimento industrial das três regiões: Salvador apesar de um dos primeiros surtos industriais brasileiro, não conseguiu romper com as estruturas de uma sociedade mercantil; o Rio de Janeiro que incontestavelmente foi o centro industrial do país na passagem para o século XX, acabou perdendo a liderança para São Paulo; finalmente, o crescimento industrial paulista mais recente aproveitou-se do auge do comércio de café, das melhorias de infra-estrutura, como o fornecimento de energia elétrica para as fábricas, e do contínuo aumento do mercado interno para assumir a liderança industrial no período pós-Primeira Guerra Mundial.

Em síntese, a segunda metade do século XIX no Brasil foi o período de transição de uma economia de caráter colonial para a estruturação das bases de uma economia capitalista. E foi o processo de crescimento dos centros urbanos o *locus* e a personificação de tal transformação na economia brasileira. Somente com as cidades que a economia nacional começou a incorporar elementos da sociedade burguesa, possibilitando a maior internalização da renda, condição necessária para impulsionar os processos de urbanização e industrialização da sociedade brasileira. A constituição do capitalismo, a expansão da indústria e o deslocamento da população para as *urbes* brasileiras, entretanto, não permitiram que o país avançasse rumo a completa autonomia político e econômica. De qualquer maneira, mesmo que subordinado à economia internacional – tecnologicamente, financeiramente e politicamente –, o desenvolvimento da economia nacional permitia que grupos internos assumissem maior poder de decisão frente ao processo histórico; criava-se assim uma autonomia relativa, que foi ampliada no período da Primeira República.

A evolução dessas transformações da economia brasileira na segunda metade do século XIX pôde, portanto, ser demarcada em três fases distintas. Num primeiro momento, logo após a abolição do tráfico fica latente o poder financeiro do grupo comerciante de Salvador. A economia baiana que estava ancorada no comércio de exportação de açúcar e

acima de tudo, na importação de escravos, viu por um breve período uma intensa expansão em novos negócios como indústrias e empresas de infra-estrutura. Salvador se modernizava, incorporando padrões de consumo e serviços em consonância com as mais modernas inovações da Europa e Estados Unidos. Todavia, a atrofia do setor de exportação e o “deslocamento do centro dinâmico” para o Sudeste acabaram por limitar as condições do desenvolvimento soteropolitano, que não conseguiu superar as barreiras de uma economia mercantil, aprofundando ainda mais sua característica de “capital dos contrastes”.

O Rio de Janeiro, por sua vez, dispunha das melhores condições para liderar a transição para uma sociedade industrial. A capital do Império concentrou durante toda segunda metade do século XIX as maiores rendas imperiais, a maior população, o centro político do país e o papel de núcleo comercial brasileiro. A dinâmica contraditória “café-indústria” não se verificaria na economia carioca, e nem por isso o Rio de Janeiro deixaria de apresentar a maior indústria brasileira até a primeira década do século XX. Contudo, o Rio de Janeiro da modernização urbana de Pereira Passos, já nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial, perderia a preponderância industrial para São Paulo, mas conservando o poder de suas classes economicamente dominantes do setor financeiro e importador. De outro lado, o crescimento de São Paulo apenas teve início quando a economia cafeeira tinha avançado para o interior da Província. A definição de capital dos fazendeiros foi categórica para São Paulo, que cresceu por meio da diversificação do grande capital cafeeiro.

Assim, as cidades brasileiras na passagem do século XIX para o XX assumiram o papel de concentrar o processo de transição para uma sociedade capitalista. Cada qual de sua maneira, e cada qual atingindo um resultado próprio, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo foram arenas da implantação de empresas de serviços públicos e indústrias. Em Salvador o processo foi liderado pelos antigos traficantes e os importadores da região; no Rio de Janeiro pelo grupo comerciante e financeiro da cidade; em São Paulo mediante o grande capital cafeeiro. A ruptura definitiva com o capital mercantil não foi alcançada por nenhuma cidade durante a Primeira República, mas gradações diferentes da diversificação da economia permitiram que os novos setores pudessem se consolidar de maneiras distintas em cada uma dessas cidades. E, por de trás de todo esse processo, o grande capital urbano como agente na realização do profundo processo de modernização das cidades brasileiras.